

ARQUEOLOGIA PREVENTIVA EM PERNAMBUCO: DA PRÁTICA ARQUEOLÓGICA À PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

PREVENTIVE ARCHAEOLOGY IN PERNAMBUCO: FROM ARCHAEOLOGICAL PRACTICE TO THE PRODUCTION AND DISSEMINATION OF SCIENTIFIC KNOWLEDGE

Fernanda Cisneiros Silva ¹

Paulo Souto Maior ²

Resumo: Este trabalho visa fomentar o debate sobre as práticas da Arqueologia Preventiva em Pernambuco, concentrando-se nos resultados e produções desse campo arqueológico para o avanço das pesquisas dentro da academia, para divulgação científica e para educação patrimonial. A análise inicial não apenas abrange as normas e as regulamentações legais em torno da Arqueologia Preventiva, mas também traz para discussão, como proposta para promover o diálogo entre a sociedade e a academia, a Arqueologia Pública, que tem como enfoque as questões de preservação e gestão do patrimônio; educação e extroversão do conhecimento arqueológico. Tendo como base esse debate, o objetivo dessa pesquisa foram quais os produtos gerados direcionados a parte acadêmica (artigos, monografias, dissertações e teses) e de educação e extroversão patrimonial (livretos, exposições e palestras). A análise dos dados vislumbrou que apesar das diretrizes e normativas existentes dentro dos trabalhos da Arqueologia Preventiva, os resultados são insatisfatórios. **Palavras-chave:** Educação Patrimonial, Arqueologia Preventiva, Arqueologia Pública.

Abstract: This work aims to foster debate on the practices of Preventive Archaeology in Pernambuco, focusing on the results and productions of this archaeological field for the advancement of research within academia, for scientific dissemination and for Heritage Education. The initial analysis not only covers the norms and legal regulations surrounding Preventive Archaeology, but also brings to the discussion, as a proposal to promote dialogue between society and academia, Public Archaeology, which focuses on issues of preservation and management of heritage, education and extroversion of archaeological knowledge. Based on this debate, the objective of this research was to determine which products were generated aimed at the academic part (articles, monographs, dissertations and theses) and at education and heritage extroversion (booklets, exhibitions and lectures). The analysis of the data revealed that despite the guidelines and regulations existing within the works of Preventive Archaeology, the results are unsatisfactory. **Keywords:** Heritage Education, Preventive Archaeology, Public Archaeology.

¹ Mestra em arqueologia pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: fernanda.cisneiros@ufpe.br.

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: paulo.soutomaior@ufpe.br.

Introdução

A Arqueologia Preventiva constitui-se em um campo de atuação da prática arqueológica que se desenvolveu com o objetivo de dar cumprimento à legislação federal vigente em todas as obras que necessitam de um estudo de impacto ambiental.

As normativas brasileiras estabelecem a obrigatoriedade do desenvolvimento de Programas de Arqueologia Preventiva para a identificação, valorização e controle sobre os possíveis efeitos predatórios ao patrimônio arqueológico em decorrência dos trabalhos de infraestrutura econômica e social que impliquem grande remoção de solos.

O Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Iphan) é atualmente o órgão de autoridade e competência nacional para assuntos ligados ao patrimônio arqueológico, com superintendências em cada unidade federativa, atuando em toda extensão do território nacional. Esta autarquia tem como missão “promover e coordenar o processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país” (Iphan, 2019).

A gestão e a proteção do patrimônio arqueológico brasileiro são regulamentadas por leis específicas e portarias que normatizam as ações pertinentes aos órgãos públicos. Os principais referenciais jurídicos, dentro das hierarquias legais brasileiras que estabelecem o regime especial de proteção do patrimônio arqueológico, constituem-se em: artigos constitucionais, cartas internacionais, leis federais, decretos federais, portarias institucionais e resoluções.

Os programas integrados de educação patrimonial e divulgação científica são importantes na Arqueologia, sobretudo dentro da concepção da Arqueologia Pública, que vêm trazendo aportes teóricos essenciais para discussões sobre patrimônio, gestão patrimonial, cultura e ciência arqueológica.

A união de aportes teóricos (Arqueologia Pública) e aportes diretivos e normativos (Arqueologia Preventiva) pode levar a uma Arqueologia mais integrativa, que avança para além dos muros acadêmicos e atinge seu objetivo essencial, o de produzir conhecimento junto à comunidade que vive no entorno do patrimônio ou do local que terá as terras removidas devido a algum empreendimento (Cisneiros Silva, 2023).

Este trabalho objetiva analisar os produtos de educação patrimonial e divulgação científica gerados no âmbito dos Projetos de Arqueologia Preventiva no estado de Pernambuco. A análise será conduzida com base nos referenciais teórico-metodológicos da Arqueologia Pública e da Arqueologia Preventiva.

A partir desse quadro teórico, emerge a seguinte questão de pesquisa: quais produtos de conhecimento científico e educação patrimonial foram efetivamente gerados e quais critérios de avaliação foram utilizados para assegurar que as empresas executoras cumpriram com os princípios e diretrizes da Educação Patrimonial?

Referencial Teórico

A forma de ver e absorver os conhecimentos produzidos pela Arqueologia ao longo dos últimos séculos sofreu modificações, porém, estas se tornaram mais estruturais em termos de concepção de sua ontologia nos últimos cinquenta anos. A disciplina tem suas raízes no colecionismo de antiguidades e no estudo de artefatos antigos, sobretudo moedas, ânforas e estátuas de sociedades gregas, romanas e egípcias (Shanks, 2008). A compreensão, até certo ponto ingênua e acrítica, oriunda do início da Arqueologia europeia no século XVIII, tem sido desafiada nas últimas décadas, a partir de novas perspectivas.

Com a ampliação na cronologia que envolve suas pesquisas, a Arqueologia atualmente tem modificado seu campo de estudo, conceitos e métodos e criado linhas e temáticas de pesquisas que muitas vezes, a depender dos contextos e profissionais envolvidos, se traduzem em nichos de difíceis diálogos como a Arqueologia Pública e a Arqueologia Clássica. Atualmente, podemos observar uma profusão de definições para a Arqueologia, as respostas à pergunta: o que é Arqueologia? Podem ser variadas e seguem a orientação teórica de quem a responde (Cisneiros Silva, 2023).

Segundo Araujo (2019), é possível perceber em algumas dessas definições uma confusão entre objetivo e objeto de estudo.

O que realmente é estudado pela Arqueologia são os objetos, e não a sociedade do passado. Confunde-se o objetivo (entender como eram, como se desenvolveram, como se extinguiram, como se relacionavam as sociedades) com o objeto de estudo (artefatos) (Araújo, 2019, p. 79).

A partir dessa proposição e de demais definições da Arqueologia, comprehende-se que a disciplina investiga artefatos materiais com o objetivo de interpretar comportamentos de sociedades passadas. No entanto, a presente discussão pretende transcender essa definição fundamental de objeto e objetivo científico, propondo-se a examinar as conexões que a prática arqueológica estabelece entre os vestígios materiais, os comportamentos pretéritos e as sociedades contemporâneas.

Esses objetivos e vínculos constituem um arcabouço conceitual que integra noções de patrimônio, memória e identidade. Tal estrutura conceitual encontra sua aplicação e expressão em ramos específicos da Arqueologia, notadamente a Arqueologia Preventiva e a Arqueologia Pública, bem como em campos interdisciplinares correlatos, como a Educação Patrimonial e a Divulgação Científica.

Pretendendo levar a uma base conceitual que permitirá a avaliação do processo de condução da Educação Patrimonial, divulgação científica e extroversão do conhecimento arqueológico e dos produtos envolvidos na gestão de projetos da Arqueologia Preventiva em Pernambuco, é importante dialogarmos sobre o aporte da Arqueologia Social.

Arqueologia Social e Pública

A Arqueologia Social reafirma-se a partir da década de 1980, particularmente na América Latina, mediante os aportes teóricos da Arqueologia Social Latino-Americana (ASLA). Esta corrente consolida para a Arqueologia a sociedade, seu desenvolvimento e suas transformações como objeto de conhecimento central, um paradigma compartilhado com outras disciplinas das ciências sociais.

Este marco teórico emergiu como reflexo direto de transformações políticas ocorridas na região, especialmente durante os governos do Chile, Peru e Venezuela, entre o final da década de 1960 e o início dos anos 1980. O posicionamento teórico, ideológico e político de arqueólogos fundadores, como Luis Lumbreras (1974), Mario Sanoja e Iraida Vargas (1974), e Luis Felipe Bate (1978), expressava um compromisso com projetos revolucionários. Eles defendiam, de forma explícita, que o objeto de conhecimento da Arqueologia deveria ser a sociedade, seu desenvolvimento e suas transformações, posição esta que a alinha às demais ciências sociais (Vargas, 1995).

Esse posicionamento teórico também se evidencia como uma posição ética que implica um compromisso político com a sociedade em estudo. Segundo Vargas (1995, p. 74), tal compromisso inclui “a prática de uma Arqueologia que transcenda um campo de ação centrado no passado e que procure analisar as causas que originam as atuais condições de existência das sociedades latino-americanas, as formas de estruturação e desenvolvimento dessas condições e os processos de particularização que levam cada país a ser o que é”.

Envolvida nesse processo de transformação, a Arqueologia transcende seus conceitos fundacionais. A contínua ampliação de seu escopo teórico-metodológico redefine, de maneira permanente, os paradigmas de compreensão e prática da disciplina.

A Arqueologia Pública, por exemplo, não pode ser entendida sem a reflexão inicial da produção teórica da Arqueologia social latino-americana. Esta se posiciona criticamente no mundo real dos conflitos econômicos e das lutas políticas, é o que Shanks e Tilley (1987) se referiam ao afirmar que Arqueologia é : “o estudo do poder”, não apenas um distante e asséptico “estudo do passado” (Shanks e Tilley, 1987, p. 8).

As preocupações com a administração, no que tange à preservação dos sítios arqueológicos, dizem respeito principalmente ao reconhecimento do papel social da pesquisa científica, que, além de gerar curiosidade, pode "reconstruir" aspectos importantes da história da ocupação humana dos territórios americanos em benefício da sociedade atual. As responsabilidades sociais e profissionais da Arqueologia apontam, assim, para a existência de questões que vão além dos problemas teóricos e metodológicos. Este assunto pode ser considerado como uma questão pública da Arqueologia porque se coloca na interface entre a Arqueologia e à sociedade (Fernandes, 2007).

Atualmente, é inevitável que a prática arqueológica seja desvinculada de questões sociais. A arqueologia pública consolida-se justamente como um campo que propicia a reflexão entre a *práxis* disciplinar, integrando a memória do passado e sua influência na sociedade atual. Nesse contexto as comunidades localmente afetadas pelos empreendimentos que motivam a pesquisa arqueológicas são impactadas diretamente por tais transformações. A ausência de políticas de retorno do conhecimento ou o não envolvimento ativo nesse processo, configura a persistência

em um modelo arqueológico anacrônico incompatível com as demais demandas sócio científicas do presente (Cisneiros Silva, 2023).

Nesse sentido, Bezerra (2011, p. 62), define que a Arqueologia Pública tem por objetivo “compreender as relações entre as distintas comunidades e o patrimônio arqueológico, considerando o impacto do discurso acadêmico e sua visão de mundo, o lugar de suas narrativas na construção e na gestão dos bens arqueológicos”.

Contudo, a responsabilidade social e profissional é inerente à interface da Arqueologia com a sociedade e merece uma análise dentro da perspectiva arqueológica, bem como a implicação do esforço de inserir a *práxis* social do arqueólogo no processo de interação social e democratização da Arqueologia para a preservação do patrimônio arqueológico (Souza, 2018).

Entende-se então que a Arqueologia Pública, para além de seu *corpus* teórico, é uma necessidade iminente de se fazer um trabalho arqueológico e patrimonial que atinja a população para além do meio acadêmico. O presente trabalho partiu da discussão sobre os conceitos que envolvem a Arqueologia Pública, incidindo posteriormente sobre as leis e as normativas que precedem à Arqueologia Preventiva em termos de Educação Patrimonial e Extroversão do Conhecimento Arqueológico.

Patrimônio cultural

No âmbito dessa ampliação da perspectiva arqueológica, torna-se relevante problematizar o próprio conceito de Patrimônio Cultural. A construção de uma identidade patrimonial é fundamentalmente um processo de atribuição de valor, no qual um grupo social específico confere significado e relevância cultural a um bem, material ou imaterial. É a partir do referencial compartilhado por esses valores atribuídos que se viabiliza o reconhecimento social de um patrimônio e, por consequência, a sua legitimação e proteção.

No ordenamento jurídico brasileiro, a noção de patrimônio histórico e artístico nacional foi constitucionalmente instituída como objeto de proteção obrigatória do poder público pela primeira vez na Constituição de 1934, ainda que não explicitamente sob essa denominação. Conforme disposto no Art. 10 das Disposições Preliminares:

Art. 10 - Compete concorrentemente à União e aos Estados:

É, no entanto, somente com o decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937, que se regulamenta a proteção dos bens culturais no Brasil. Esse texto, além de explicitar os valores que justificam a proteção, pelo Estado, de "bens móveis e imóveis", tem como objetivo resolver a questão da propriedade desses bens. Desde então, todas as Constituições brasileiras têm ratificado a noção de patrimônio em termos de direitos e deveres, a serem observados tanto pelo Estado como pelos cidadãos (Fonseca, 2005, p. 38).

Segundo Goeldi (2009), "ao longo do século XX, desenvolveu-se, com a colaboração de antropólogos, uma visão mais abrangente do conceito de patrimônio, que resultou na delimitação de campos de investigação, particularmente os da Antropologia e Arqueologia" (Goeldi, 2009, p. 422).

Processos longos de colonização deixam marcas profundas no reconhecimento e no sentimento de pertença ao que deve ser preservado pela população e no que realmente se estende como patrimônio, já que historicamente, esse patrimônio já teve vários enxertos e uma narrativa bastante comprometida com o modelo de nação empreendida pelo processo colonizador.

Contudo, quando se amplia o conceito de Patrimônio para além de um projeto colonizador e se entende que o Patrimônio está diretamente ligado a tudo que influencia historicamente uma população, seja a nível nacional, regional, municipal ou até mesmo nas comunidades pequenas, pode-se então compreender que num país de tão vasta diversidade cultural, a gestão do patrimônio deve ser realizada não apenas por um olhar acadêmico e de um só viés profissional, ela deve ser multidisciplinar e sobretudo plural (Cisneiros Silva, 2023).

Socializar o conhecimento do que é Patrimônio Cultural é trazer para próximo da população que tem referências sociais desse patrimônio, que interage com ele e que muitas vezes também sobrevive dele. A importância dessa apropriação do saber preservar, do saber cuidar, do entender que esse movimento de pertencimento de quem se é, de onde se vem e para quem se vai deixar tudo que se desfruta hoje, faz a diferença na escolha de como se quer proteger essa memória que é coletiva e mantê-la viva (Cisneiros Silva, 2023).

Entende-se por Patrimônio Cultural tudo o que é produzido, seja material ou imaterial, associado ao conhecimento de um determinado grupo, que deve ser preservado porque representa a tradição e a cultura de uma comunidade:

A memória cultural se baseia no ensinamento oral da tradição, que é a forma original da educação nativa, que consiste em deixar o espírito fluir e se manifestar por meio da fala aquilo que foi passado pelo pai, pelo avô e pelo tataravô. A memória cultural também se dá por grafia-desenho, maneira de guardar a síntese do ensinamento, que consiste em escrever com símbolos, traços, formas e deixar registrado no barro, no traçado de uma folha de palmeira transformada em cestaria, na parede e até no corpo, por exemplo, em pinturas feitas com jenipapo e urucum (Jecupé, Kaká, Werá, 2020, p. 33).

No contexto contemporâneo, observa-se uma significativa ampliação da concepção de patrimônio e de gestão patrimonial. Historicamente restrita a monumentos, edifício, espaços de culto religioso e estruturas fortificadas, a noção de bem patrimonial foi progressivamente transcendendo sua dimensão material e monumental. Atualmente, compreende-se o patrimônio cultural como elemento constituinte da identidade de um grupo social, abarcando tanto as heranças do passado quanto as dinâmicas presentes e contínuas de produção e ressignificação de tradições. Nessa perspectiva, respeitar a singularidade e a riqueza de cada manifestação cultural implica garantir mecanismos de salvaguarda e transmissão do conhecimento – tradicional ou científico – às gerações futuras e presentes (Cisneiros Silva, 2023).

Assim, faz-se necessário que os arqueólogos encontrem o equilíbrio entre o saber teórico e o saber empírico, que está contemplado nas vivências das etnias e populações que vivem no entorno dos empreendimentos e que sequer são envolvidos, na maioria das vezes, em um diálogo de troca.

Uma boa prática que se deve levar nos trabalhos de campo em comunidades é contar com as narrativas próprias de seus patrimônios, é escutá-los e ter a capacidade, enquanto arqueólogos, de trazer para suas pesquisas o máximo de informação do patrimônio ali existente e que tem “vida própria”. Para Gonçalves (1996) não é necessário fazer novas releituras ou descontextualizar esses patrimônios, deve-se respeitar e integrá-los de maneira que se evidencie a escuta correta das narrativas originais. Enquanto pesquisadores, muitas vezes se ignoram as falas, os gestos, os lugares e os ritos das comunidades.

O processo de perda e desintegração do patrimônio é, de certo modo, propiciado pelas próprias narrativas partilhadas por esses intelectuais. Na medida em que, em nome da nação, esses intelectuais, por meio de políticas de Estado, reapropriam-se de objetos múltiplos e heterogêneos

e os recontextualizam sob os rótulos de patrimônio cultural, civilização, tradição, identidade e outros, eles produzem os valores que, supostamente, estão em processo de declínio e desaparecimento. A despeito de sua condição fragmentária, esses valores expressariam uma condição de totalidade, integridade e continuidade — atributos que caracterizariam uma "autêntica" identidade nacional (Gonçalves, 1996, p. 89).

A Arqueologia Preventiva, sobretudo nas práticas de Educação Patrimonial, necessita pensar junto com a comunidade para que se dê garantias a essas narrativas. Acredita-se que, por meio de uma abordagem dialógica, pode-se mudar uma prática equivocada que ainda vem sendo realizada por alguns profissionais em campo. Apesar de mudanças significativas na forma de se entender o patrimônio, este ainda continua sem considerar o olhar de quem lhe pertence tradicionalmente.

Assim, trabalhar no espaço entre a lógica capitalista empresarial e os diálogos necessários a um levantamento e salvaguarda patrimonial, não é fácil. Faz-se necessário ambientes de debates a serem estruturados dentro das instituições de pesquisa e de instituições que atuem na fiscalização e guarda do patrimônio.

Normativas da Arqueologia Preventiva

Apesar da obrigatoriedade de estudos prévios ter sido estabelecida em 1961, a Arqueologia Preventiva, torna-se um campo de atuação apenas em 1986, a partir da publicação da Resolução Conama nº 001, de 23 de janeiro de 1986, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

No conteúdo legal (normativas e portarias) observam-se as formulações para que o Patrimônio Arqueológico seja não apenas conservado, mas socializado. Esses aportes legais e sugestivos para a socialização do conhecimento arqueológico produzido a partir da Arqueologia Preventiva, com conceitos oriundos da Arqueologia Social, visam à divulgação e popularização dos conhecimentos sobre o Patrimônio Arqueológico.

Essas ações de socialização do conhecimento arqueológico estão, assim, integradas dentro dos licenciamentos, sobretudo ao projeto de educação patrimonial. Porém, apesar da exigência do Projeto de Educação Patrimonial, essa prática tem pouco destaque; muitas vezes se trata de

ações bastante pontuais e que não atingem a população, nem as comunidades do entorno do empreendimento, e não avançam em pesquisas científicas acadêmicas.

Caldarelli (1999) aponta que um dos grandes desafios apresentados internacionalmente para todos os profissionais que atuam na proteção de bens arqueológicos é a divulgação e a gestão da imensa quantidade de dados gerados pela Arqueologia Preventiva.

Existem dois pontos essenciais em relação ao acervo produzido pela Arqueologia Preventiva: o primeiro refere-se à produção de conhecimento sobre os sítios e materiais arqueológicos resgatados, e o segundo sobre a documentação produzida a partir desses resgates arqueológicos.

Quanto ao primeiro ponto, a produção de conhecimentos científicos, é importante ressaltar que este tem dois aspectos. Primeiramente, a produção de conhecimento que pode se desenvolver em meio acadêmico, a partir dos dados gerados pela Arqueologia Preventiva, e que serve para a elaboração e testes de hipóteses sobre as ocupações humanas pré-históricas e históricas; produções técnicas e tecnológicas; relações socioeconômicas, entre outras temáticas; e o conhecimento arqueológico socializado, partilhado e construído mutuamente a partir de ações da Educação Patrimonial e divulgação do conhecimento.

Quanto ao segundo ponto, a documentação registrada de forma precisa, esta se faz essencial para que as instituições de salvaguarda dos vestígios arqueológicos possam disponibilizar o acervo a pesquisadores, para que eles possam ser integrados em pesquisas e contribuam para o conhecimento arqueológico do país. Essa documentação deve ser constituída de dados brutos, coletados de forma precisa e sistemática, que vão desde a localização e contextualização dos vestígios arqueológicos até a documentação imagética e cartográfica. Essa documentação deve apontar os métodos e os procedimentos utilizados nos trabalhos arqueológicos.

Com o aumento expressivo nos empreendimentos e a necessidade da presença da Arqueologia Preventiva nesses espaços, fez com que os órgãos responsáveis pela proteção dos bens arqueológicos e culturais do Brasil interviessem de forma mais eficaz, adequando-se cada vez mais às necessidades urgentes e tangenciais de proteção e garantias na execução das normativas de proteção (Cisneiros Silva, 2023).

A Arqueologia Preventiva tem um papel importantíssimo nesse processo de acompanhamento nos empreendimentos e obras em todo o país. É importante levar em consideração que o pesquisador ou arqueólogo responsável pelo projeto de Arqueologia Preventiva tenha como prioridade seguir corretamente os protocolos determinados pelo Iphan, para que desta maneira, se tenha a segurança de que o processo de salvaguarda de vestígios passíveis de identificação e pesquisa sobre o comportamento humano de populações originárias, tradicionais e históricas sejam preservados e, *a posteriori* utilizados como instrumentalizadores para extroversão e diálogo cultural (Cisneiros Silva, 2023).

É impossível, porém, finalizar essa discussão sem colocar em pauta as questões hodiernas que têm preocupado cientistas, ambientalistas e a sociedade como um todo nos últimos anos no Brasil.

As pautas sobre novas legislações ambientais põem em risco severo, as instrumentações pensadas e criadas para dar garantias de salvaguarda, proteção ao patrimônio de povos originários, tradicionais e quilombolas e da sociedade brasileira como um todo, à medida que se avança com empreendimentos de infraestruturas necessários para o desenvolvimento socioeconômico de algumas regiões.

Seguir atuando em campo junto com Arqueologia Preventiva, sem traçar planos de contatos antecipados com comunidades originárias do entorno, historicizar quem ocupou aquele espaço antes dos que o ocupam hoje é um despasso que vai na contramão dos princípios norteadores da Arqueologia Preventiva.

No âmbito da Arqueologia Preventiva, a Educação Patrimonial constitui-se como um instrumento fundamental de extroversão do conhecimento para além da esfera acadêmica. Sua implementação visa garantir que populações do entorno e demais comunidades diretamente vinculadas à área de influência do empreendimento tenham acesso ao conhecimento histórico e patrimonial gerado, referente tanto ao patrimônio preservado quanto àquele já não existente.

Nesse contexto, Horta, Grunberg e Monteiro (1998) conceituam a Educação Patrimonial como um processo permanente e sistemático de trabalho educacional, centrado no Patrimônio Cultural enquanto fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo.

A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (Horta, Grunberg e Monteiro, 1998).

Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, nas quais convivem diversas noções de patrimônio cultural (Iphan, 2023).

A Educação Patrimonial, nesse sentido, busca levar o conhecimento para toda uma sociedade de forma ampla, seja esse conhecimento para fins acadêmicos a partir de dissertações, teses e artigos ou para fins de divulgação e socialização do conhecimento, elaborado com falas que trazem a comunidade do entorno para dentro das discussões dos achados, por meio de uma linguagem que atinja a população do entorno e não fique apenas nas fábricas de fazer ciência.

A Educação Patrimonial pode ser entendida como um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens e propiciando a geração e produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

Segundo Eremites (2005), os arqueólogos precisam fazer, para além de suas produções acadêmicas, formatos para que os saberes trocados em outrora com a comunidade, cheguem a um público maior e não necessariamente estejam envolvidos ou tenham laços na academia.

Dessa maneira, unindo o conhecimento científico, o conhecimento empírico com a prática da Educação Patrimonial durante a atividade da Arqueologia Científica, ampliam-se os conhecimentos e fortalece-se a história.

Aporte metodológico

O cenário pernambucano referente à Arqueologia Preventiva evidencia um expressivo crescimento no número de projetos de pesquisa nas últimas duas décadas. Essa expansão é concomitante ao aumento de instituições de guarda de acervo no estado, à ampliação do corpo de arqueólogos e à proliferação de trabalhos acadêmicos. Este último aspecto foi impulsionado pela consolidação do curso de graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), instituído em 2008.

Para esta análise, foram investigados os produtos gerados em três esferas: conhecimento científico (artigos, monografias, dissertações e teses), divulgação científica (fólderes, mídias digitais e exposições) e Educação Patrimonial (palestras, oficinas, cartilhas). Tais produtos são direcionados tanto às comunidades do entorno dos empreendimentos quanto aos funcionários das obras. Ressalta-se que as pesquisas arqueológicas devem necessariamente converter-se em mecanismos de socialização do conhecimento, gerando produtos científicos e educacionais que contemplam as comunidades diretamente impactadas. Esta tradução do conhecimento deve respeitar as linguagens cotidianas e as tradições dos diversos grupos envolvidos.

O objetivo dessa pesquisa foi realizar uma análise sobre a prática arqueológica preventiva no estado de Pernambuco e sua consonância com as produções científicas, educação patrimonial, retorno do conhecimento arqueológico e socioeconômico.

Voltando ao contexto regional, a Arqueologia Preventiva em Pernambuco, ainda chamada de Arqueologia de Contrato, nesta região, deu-se na segunda metade do século XX, associada à necessidade da ampliação dos recursos energéticos dentro do processo de desenvolvimento nacional.

O potencial do rio São Francisco para o aproveitamento energético introduziu a região nesse processo de desenvolvimento, com a construção de sucessivas Usinas Hidroelétricas pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf).

A primeira pesquisa arqueológica desenvolvida em Pernambuco no âmbito da Arqueologia Preventiva foi realizada entre os anos de 1981 e 1988, consistiu no salvamento arqueológico motivado pela construção da Usina Hidroelétrica de Itaparica entre os estados da Bahia e

Pernambuco. Vale ressaltar que esse projeto tem início, antes da Resolução 001/86 do Conama nesse momento, as coordenações de projetos de arqueologia estavam ligadas a instituições de ensino e pesquisa.

Segundo Correia e Cisneiros (2023), esta atividade envolveu dois subprojetos: um da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), representado pelo Núcleo de Estudos Arqueológicos (NEA), executor do “Projeto Itaparica de Salvamento Arqueológico”, coordenado pela arqueóloga Gabriela Martin, e outro da Universidade Federal da Bahia (UFBA) representado pelo Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), executor do “Projeto de Salvamento Arqueológico Itaparica do São Francisco”, sob responsabilidade da arqueóloga Leila Almeida. Estas equipes tinham como meta a identificação e o resgate de sítios arqueológicos existentes na área a ser inundada pelo lago artificial de Itaparica.

Outros empreendimentos da Arqueologia Preventiva (ainda denominada a essa época de Arqueologia de Contrato) seguem após a década de 1990, sobretudo relacionados a gasodutos, obras de infraestrutura nas cidades históricas do estado de Pernambuco e construções de barragens. Entre eles, podemos citar os projetos: Projeto de Salvamento Arqueológico Gasalp de 1998 (Gasoduto Alagoas - Pernambuco) e Projeto de Salvamento Arqueológico - Monumenta.

Alguns projetos nacionais fomentados a partir de 2008 pela iniciativa do Governo Federal de desenvolvimento regional, tais como Transposição do São Francisco e Transnordestina, têm os sítios identificados na área de Pernambuco, porém, os acervos estão depositados em outras unidades de pesquisa. Isso ocorre, em geral, devido à extensão territorial desses projetos e à não disponibilidade de endossos no estado para o montante de material gerado por esses projetos.

Com base nos dados do Iphan-PE, a produção de conhecimento arqueológico em Pernambuco apresenta uma distribuição significativa: dos 201 projetos registrados desde 1998, 71% referem-se à Arqueologia Preventiva, enquanto os 29% restantes distribuem-se entre pesquisas acadêmicas e intervenções em bens patrimoniais legalmente protegidos. Os acervos resultantes dessas pesquisas – portadores de memórias materiais dos grupos humanos que os produziram – estão sob custódia de Instituições de Guarda e Pesquisa devidamente cadastradas no CNIGP/Iphan.

O estado de Pernambuco tem atualmente 12 (doze)³ instituições inseridas no Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos. Dessas, 08 (oito) estão aptas para receber acervos nos termos da Portaria Iphan n° 196/2016: Departamento de Arqueologia (UFPE); Departamento de História (UFPE); Museu de Arqueologia e Ciências Naturais (Unicap); Museu do Estado de Pernambuco; Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica (UFRPE); Núcleo de Estudos Indigenistas - Departamento de Letras (UFPE); Laboratório de Arqueologia da Secretaria de Patrimônio e Cultura de Olinda; Museu da Cidade do Recife - Forte das Cinco Pontas.

Para entender os dados correlacionados na pesquisa, foi realizado inicialmente um recorte cronológico. Estipulou-se os anos entre 1986 e 2020. Esse recorte tinha o objetivo de contemplar os primeiros projetos de Arqueologia dentro das diretrizes do Licenciamento Ambiental (Conama, 1981). No momento da investigação dos dados existentes na planilha de “Processos de Licenciamento em Pernambuco” da Superintendência do Iphan-PE, foi observado que só continham os registros de projetos a partir de 2004, assim, a pesquisa precisou ter seu recorte cronológico redimensionado para o período compreendido entre 2004 e 2020.

Outra premissa metodológica fundamental consiste no recorte espacial da investigação. Foram analisados exclusivamente processos referentes a empreendimentos localizados integralmente no território pernambucano. Esta delimitação justifica-se pelo fato de que projetos de abrangência interestadual, em geral, implicam a divisão do acervo arqueológico entre diferentes instituições e a análise compartilhada entre múltiplas superintendências regionais do Iphan.

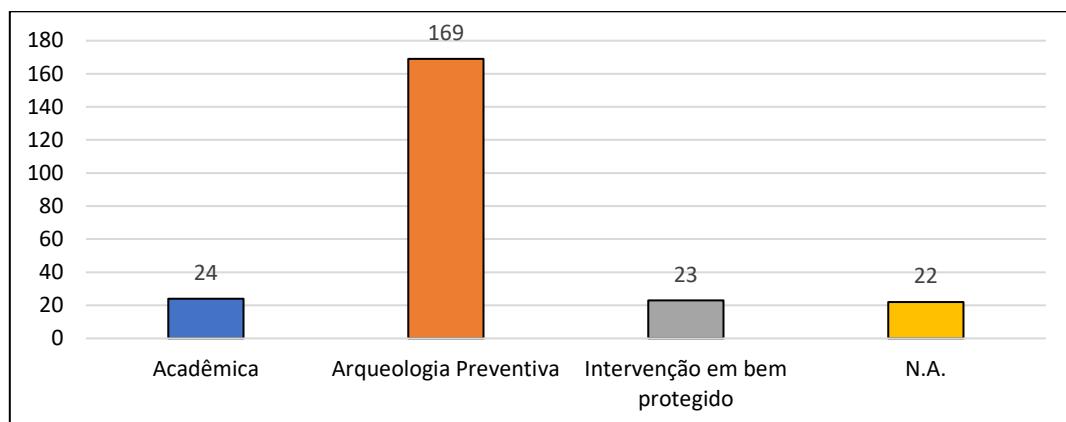
O presente estudo teve como objetivo central analisar a prática da Arqueologia Preventiva em Pernambuco, avaliando sua consonância com: (a) a produção de conhecimento científico; (b) as ações de educação patrimonial; (c) as estratégias de retorno do conhecimento arqueológico; e (d) os impactos socioeconômicos gerados para as populações do estado.

Parte dos dados para a presente pesquisa foram disponibilizados pelo Iphan-PE em planilha de software *Excel*. Nessa planilha consta o registro de 238 projetos para o Iphan-PE; desses, 169

³ Pesquisa realizada em 2022.

eram referentes à Arqueologia Preventiva. No gráfico abaixo, pode ser observado que dentre os processos de Arqueologia existentes no Iphan-PE, as pesquisas em Arqueologia Preventiva representam 71% do total de projetos. Essa porcentagem pode ser ainda maior se desconsiderar a nomenclatura N.I. (Não informada) utilizada para aqueles processos que se apresentam sem essa informação na planilha (Gráfico 1).

Gráfico 1: Quantitativo relacionado à natureza dos trabalhos arqueológicos em Pernambuco, baseado na emissão de portarias.

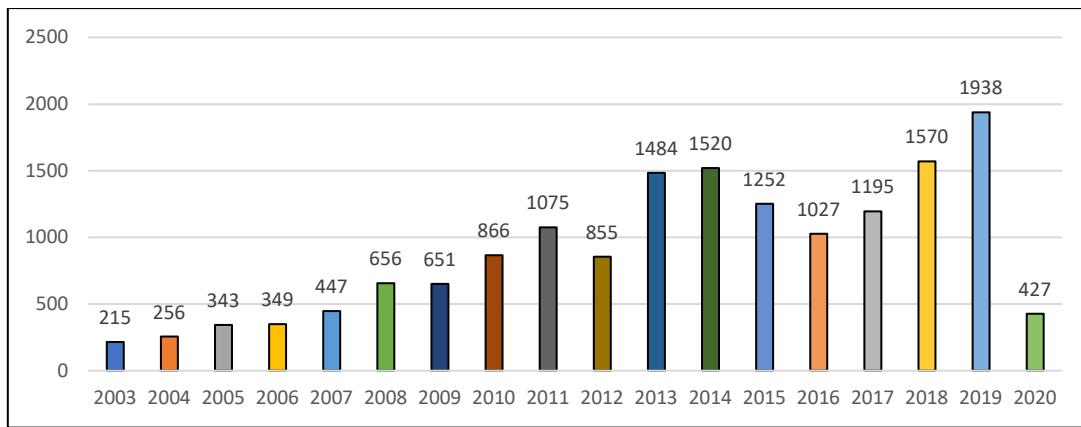


Dos 169 processos, 129 foram selecionados para pesquisa, por se tratar de projetos dentro do licenciamento ambiental. Esse número foi reduzido por duas razões principais: 1. os processos correspondiam a renovações e a prorrogações de processos já existentes; 2. os processos estavam duplicados; 3. a dificuldade no acesso às fontes documentais mais antigas.

A partir dos dados analisados, pode-se observar uma concentração maior de portarias expedidas para projetos de Arqueologia Preventiva entre os anos de 2011 e 2018. Esses anos abrangem tanto a Portaria nº 230 quanto a IN nº 001/2015, ficando os projetos executados sob as normas de ambos os dispositivos infralegais.

Quando se comparam esses dados com os relacionados a todo o território brasileiro, observa-se que o período de 2011 a 2019 foi marcado por um crescente aumento no número de portarias expedidas para Arqueologia Preventiva, com destaque para os anos de 2013, 2014, 2018 e 2019 (Gráfico 2).

Gráfico 2: Quantitativo de projetos autorizados pelo Iphan em nível nacional.



O estado de Pernambuco possui hoje apenas oito instituições aptas a receber acervos nos termos da Portaria do Iphan nº 196/2016. O acervo desses projetos está acondicionado nas seguintes instituições: Departamento de Arqueologia (UFPE); Departamento de História (UFPE); Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica (UFRPE); Museu do Estado de Pernambuco; Museu do Sertão (Petrolina); Caixa Cultural de Recife; Museu da Cidade do Recife; Museu do Estado de Pernambuco; Memorial Noronhense (Fernando de Noronha).

Dessas instituições que atualmente salvaguardam os acervos provenientes do Projetos pesquisados: três são de ensino e pesquisa, tendo docentes e discentes envolvidos em pesquisas na área de Arqueologia cinco instituições são representadas por museus e têm parte do material disponível em exposições permanentes e/ou temporárias. O Iphan tem a guarda, do material proveniente de um projeto, porém estes vestígios estão expostos no Museu Cais do Sertão (Recife).

As instituições de ensino e pesquisa (Departamento de Arqueologia (UFPE); Departamento de História (UFPE); Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica (UFRPE) têm a possibilidade de, a partir das documentações vinculadas a esses projetos, aprofundar as pesquisas na área, pois contam com um corpo de docentes e discentes que podem alavancar pesquisas a partir dos dados advindos da Arqueologia Preventiva.

Durante as análises, também foram consideradas as localizações das atividades arqueológicas das populações tradicionais (indígenas e quilombolas).

Os projetos analisados estão concentrados nas mesorregiões: Metropolitana do Recife e do Agreste, com atividades sobretudo nos municípios de Recife, Cabo de Santo Agostinho e Caetés.

Sobre os trabalhos executados em áreas indígenas e quilombolas, o estado de Pernambuco, segundo o censo de 2022 do IBGE, tem sete municípios com territórios oficialmente delimitados e com maior número de pessoas autodeclaradas quilombolas (Quadro 1). Dos projetos de Arqueologia Preventiva, apenas onze passaram por esses municípios. Desses projetos, três fizeram menções superficiais a essas comunidades, trazendo imagens genéricas e fazendo uma síntese histórica da área. Nenhum relatório apresentou um direcionamento particular de Educação Patrimonial a essas comunidades.

Quadro 1: Quadro com os municípios e o quantitativo da população autodeclarada quilombola. Fonte: IBGE, Censo demográfico 2022.

Município	Quantitativo
Carnaubeira da Penha	119
Mirandiba	188
Cabrobó	856
Garanhuns	1101
Salgueiro	1284
Orocó	1465
Santa Maria da Boa Vista	1737

Quanto às populações indígenas de Pernambuco, o estado tem a quarta maior população de povos originários do país. Segundo o Censo do IBGE de 2022, totalizam cerca de 34.314 pessoas autodeclaradas morando em território indígena (Quadro 6). O estado conta com dez etnias, que vivem no Agreste e Sertão: Truká (Cabrobó), Atikum-Umã (Carnaubeira da Penha), Pankará (Carnaubeira da Penha), Pipipã (Floresta), Kambiwá (Ibimirim, Inajá e Floresta), Pankararu (Tacaratu e Petrolândia), Tuxá (Inajá); Kapinawá (Buique, Tupanatinga e Ibimirim), Fulni-ô (Águas Belas) e Xukuru (Pesqueira).

No que se refere às pesquisas de Arqueologia Preventiva no estado, quatro projetos foram executados nessas áreas desses, nenhum citou algum tipo de Educação Patrimonial ou de ações realizadas junto às comunidades indígenas. Apenas fizeram menções sobre a existência de grupos indígenas na região.

Análise e discussão dos resultados

Segundo o Art. 2º da Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016, entende-se por Educação Patrimonial:

os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação. Os processos educativos deverão primar pelo diálogo permanente entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades (Art. 2º da Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016).

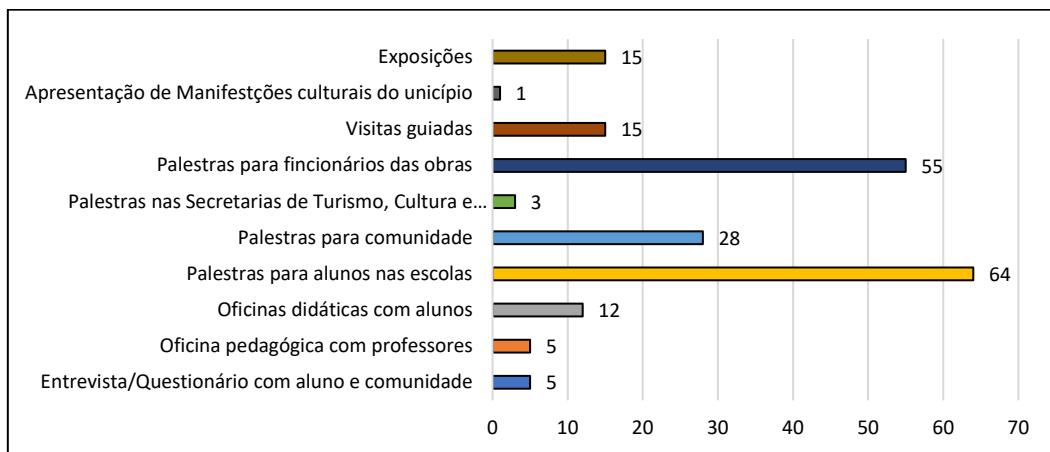
Foi com esse marco em mente que se iniciou a pesquisa sobre os dados relacionados às práticas de Educação Patrimonial dentro do Estado de Pernambuco. Essas práticas envolvem recursos e produtos didáticos.

Segundo Morales (2012), o recurso didático pode ser entendido como o conjunto de meios materiais que intervêm e facilitam o processo de ensino-aprendizagem. São instrumentos pedagógicos que servem como base de apoio e orientação ao aluno. Na Educação Patrimonial, vemos uma inclinação recorrente dos seguintes recursos: palestras, exposições, visitas guiadas e oficinas.

Observou-se no material estudado o uso de alguns recursos didáticos, como palestras, oficinas, exposições e jogos. Esses recursos foram, em sua maioria, destinados a alunos dos cursos fundamental e médio de escolas de redes públicas (estadual e municipal), comunidade e trabalhadores da obra.

As palestras foram os recursos mais utilizados quando o tópico era Educação Patrimonial. Palestras para alunos de ensino médio e fundamental para a comunidade; trabalhadores da obra e para as secretarias municipais configuram-se em cerca de 74% do total de ações educativas (Gráfico 3).

Gráfico 3: Ações de Educação Patrimonial registadas nos relatórios dos Projetos de Arqueologia Preventiva em Pernambuco.



Na análise dos dados, observa-se a maior porcentagem destinada às palestras nas escolas e para funcionários, porém, nos relatórios analisados, não se percebe o método ou o argumento em que essas palestras são construídas, tampouco uma autoavaliação que incida sobre esse recurso. Muitas vezes se observou, principalmente em trabalhos realizados pela mesma empresa, uma repetição das atividades adotadas, tanto para o público escolar quanto para os trabalhadores da obra e a comunidade.

As palestras para o público escolar têm o objetivo de, já na primeira infância, dialogar sobre patrimônio cultural e, consequentemente, sua identificação com a história dos seus antepassados. Despertar na nova geração desde cedo a noção de pertencimento cria vínculos e alicerces que repercutirão mais tarde.

Nos relatórios, foi observado que nas práticas da Educação Patrimonial para alunos do ensino Fundamental I e II (64), foram incluídos momentos de conversa, de histórias, de jogos e de oficinas. Faltou, porém, em quase todos os relatórios, procedimentos de autoavaliação dessas práticas, no sentido de apresentarem de que maneira esses estudantes estão participando dos modos de viver em comunidade e sua relação com o patrimônio, assim como, foi notada a ausência em alguns relatórios dos detalhes sobre muitas dessas ações.

Alguns projetos (28) apresentaram palestra voltadas à comunidade do entorno, envolvendo tanto moradores como comerciantes vizinhos ao empreendimento. A importância de trazer a

comunidade para dentro dos trabalhos que estão acontecendo na obra, por meio de visitas guiadas, faz com que a comunidade se envolva com os trabalhos e desperte nelas curiosidades sobre os achados arqueológicos daquela região. Essa ação traz um maior interesse e amplia ainda mais o conhecimento dos moradores e dos comerciantes na área em que muitas vezes residem e/ou trabalham.

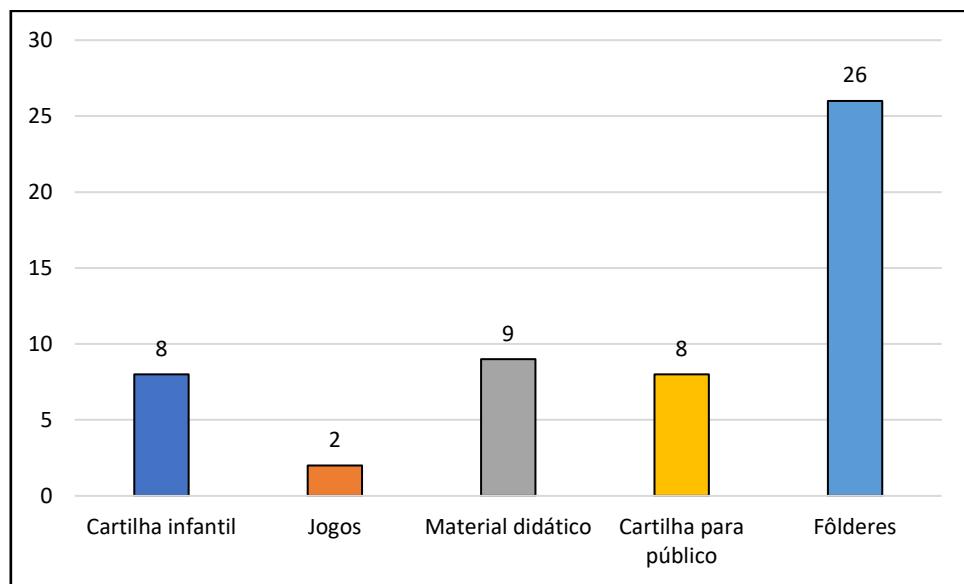
Palestras voltadas a trabalhadores da obra foram observadas em 55 dos relatórios. As ações de divulgação do conhecimento com os trabalhadores de obra, por meio de capacitação, garantem ao arqueólogo uma parceria importante no momento das execuções das atividades em campo. Entender que quando se leva para as pessoas elementos que estimulem o seu envolvimento com os materiais arqueológicos e/ou históricos, amplia-se e estimula-se o olhar, que provavelmente será diferente quando esses colaboradores estiverem operando as máquinas e/ou suas ferramentas.

Por meio dessas ações, pode-se formar parceiros. Sem elas, porém, ocorre que muitas vezes, estes trabalhadores fazem suas atividades junto aos arqueólogos sem entender qual o processo que está sendo executado e os motivos que geram, muitas vezes, paradas temporárias nas atividades deles. Algumas dessas palestras foram acrescidas de exposições e cartilhas, as quais contribuem significativamente para uma abordagem mais eficiente do conteúdo dialogado.

Dentro do material examinado, foi observado o uso de algumas cartilhas com o conteúdo especificamente voltado para o público infanto-juvenil, trazendo uma linguagem expositiva e argumentativa de personagens de quadrinhos (HQs), jogos e passatempos (Gráfico 4).

Esses tipos de materiais podem fornecer subsídios para os mediadores nas ações de Educação Patrimonial nas escolas, desde que sejam personalizados para a comunidade, trazendo informações de forma direta e usando uma linguagem acessível, utilizando as características daquela comunidade que está sendo trabalhada, como, por exemplo: elementos construtivos e sítios arqueológicos de destaque local; termos utilizados no local (pedra de raio, ocre, pedra pintada); problemas de preservação ali inseridos (ruínas abandonadas, pichações de patrimônios), assim como as possíveis soluções para a preservação do patrimônio. Essa abordagem utilizada de forma dialógica contribui para uma prática educacional alicerçada nos preceitos pedagógicos.

Gráfico 4: Distribuição dos materiais de divulgação da Educação Patrimonial dos projetos analisados.



Os materiais de apoio que se constroem em torno dos recursos da Educação Patrimonial e da divulgação científica podem ser diversos. Na análise do material pesquisado, observou-se o uso de cartilhas para professores e para crianças, conjuntos (kits) compostos por livros paradidáticos, livros de história e livros sobre o patrimônio. As cartilhas também podem cumprir essa função, desde que estejam associadas ao contexto educativo, ou seja, que abordem o objeto de estudo e o apresentem de forma explicativa para a aquisição do conhecimento.

Quando se compara o número de palestras para o público escolar sessenta e quatro (64) e o número de oficinas doze (12), observa-se o pouco uso do recurso lúdico nas ações de Educação patrimonial. Esse é um recurso que o arqueólogo pode utilizar para práticas fora da sala de aula, práticas essas que estimulam o aprendizado e envolve o público infanto-juvenil com a atividade arqueológica e integra essas atividades ao cotidiano das escolas.

As palestras configuram-se como instrumentos fundamentais no processo de divulgação científica e educação patrimonial, particularmente no âmbito da Arqueologia Preventiva, ao atuarem como mediadoras entre a materialidade patrimonial identificada em campo e a memória afetiva de comunidades locais, estudantes e trabalhadores envolvidos em empreendimentos, fomentando a apropriação social do conhecimento arqueológico produzido.

Contudo, conforme estabelece o inciso quarto da Instrução Normativa nº 001/2015 do Iphan, atividades pontuais – como palestras e ações de caráter exclusivamente promocional ou de divulgação – não são suficientes para caracterizar Projetos Integrados de Educação Patrimonial. Diante disso, torna-se imperativo aprofundar as discussões de natureza pedagógica e implementar processos contínuos de autoavaliação dessas práticas, a fim de evitar que as ações educativas se restrinjam a formatos estanques e desconectados das realidades e experiências patrimoniais de crianças e jovens.

A divulgação do trabalho do arqueólogo nos projetos analisados foi realizada por meio de fôlder, entrevistas em mídias, rádios e *sites* na internet. A divulgação, como folhetos, entrevistas em mídias faladas e escritas, são meios utilizados para difundir o conhecimento, mas não necessariamente efetivos.

O avanço das tecnologias da comunicação, sobretudo de sites e das mídias sociais, tem facilitado as ações de divulgação científica. Apesar de contar com este instrumento como aliado, foi observada no material analisado a pouca ação e utilização desses recursos em relação aos empreendimentos da Arqueologia Preventiva em Pernambuco.

Nos relatórios consultados, são apresentadas poucas menções a mídias sociais e sites de divulgação. Apenas um site foi citado como ambiente de divulgação dos relatórios dos projetos de Arqueologia Patrimonial: o Brasil Arqueológico (<http://www.brasilarqueologico.com.br/>). Nele foi possível observar imagens dos procedimentos técnicos vinculados às escavações, imagens de vestígios arqueológicos e textos explicativos sobre os sítios e os vestígios rupestres evidenciados no âmbito da Arqueologia Preventiva.

Cerca de 42 projetos são referenciados com imagens no *Instagram* e *Facebook* ou *sites* das empresas executoras dos projetos. Essas imagens, porém, estão apresentadas como único recurso para a compreensão, ou seja, estão desvinculadas de contexto histórico e arqueológico. Assim, não se inserem nos parâmetros da divulgação científica ou educação patrimonial.

A partir de pesquisas realizadas na *Internet*, podemos elencar outros *sites* que disponibilizam informações e/ou imagens dos sítios e vestígios identificados por projetos da Arqueologia Preventiva em Pernambuco:

- Iphan (<http://portal.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa>) esse site disponibiliza de forma ampla os sítios cadastrados na base do CNSA, porém observa-se que essa base está voltada para um público especializado, que só tem acesso ao nome e informações sobre os vestígios dos sítios se os conhece. Não apresenta fotografias e textos de divulgação.
- Summa Arqueológica essa plataforma de divulgação reúne, sistematicamente, um conjunto de informações arqueológicas e paleontológicas da região do semiárido do Nordeste do Brasil (<http://www.plataformacapivara.org/Summa/summa>). Nesse site podemos encontrar imagens dos sítios relacionados ao Projeto de Transposição do Rio São Francisco.

Outros trabalhos que foram aplicados em campo por algumas instituições e empresas que fizeram o acompanhamento preventivo foi a de divulgação no formato de mídias audiovisuais. Entrevistas no local da escavação, divulgação em meios de revistas, jornais, rádio e televisão.

Retorno Social da Arqueologia

Sobre o retorno social da arqueologia preventiva em Pernambuco, pode ser citado dois exemplos: projeto Acompanhamento Arqueológico das Obras de infraestrutura da Rua Barão Rodrigues Mendes, no Bairro do Recife, na Cidade do Recife⁴ e Arqueologia do Edifício da Bolsa de Valores de Pernambuco e da Paraíba⁵.

Durante as atividades de acompanhamento de uma obra de implantação de galerias pluviais no município de Recife, em 2000, por meio do projeto Acompanhamento Arqueológico das Obras de infraestrutura da Rua Barão Rodrigues Mendes, no Bairro do Recife, na Cidade do Recife, foram evidenciadas diversas peças e vestígios arqueológicos, como: cachimbos, louças e metais.

A instituição que fez o trabalho teve o compromisso de não apenas deixar exposto o vestígio arqueológico, mas também colaborar com a divulgação da Arqueologia e com o turismo local. Por meio de um projeto e com a aprovação do Iphan, a instituição construiu proteções de vidro no entorno das muralhas antigas, com placas explicativas, e fez um painel com aproximadamente 5 m de comprimento, no qual explica, por meio das imagens dos materiais encontrados, a importância arqueológica daquele local.

⁴ Processo nº 01498.000082/2004-42 do Iphan

⁵ Processo: 01498.001032/2010-21 do Iphan

Esse museu a céu aberto está incluído nos pontos turísticos de visitação pela cidade do Recife. Essa estrutura está localizada na Rua Barão de Rodrigues, no bairro do Recife, no centro da capital pernambucana (Figura 1).



Figura 1: O local que foi preparado para ser um Museu a Céu Aberto tem visitas turísticas, como também de escolas e da comunidade do entorno. Foto: Daniel Tavares/PCR, 2017 – www2.recife.pe.gov.br

Outro trabalho que também teve como retorno social da arqueologia foi, o trabalho realizado no antigo prédio da Bolsa de Valores de Pernambuco e Paraíba. As fundações do Prédio da Caixa Econômica Federal foram preservadas e protegidas por um chão de vidro, onde o visitante pode observar as antigas muralhas do Recife Antigo, assim como, o material arqueológico proveniente do projeto.

Esse trabalho, apesar de estar dentro do prédio que hoje é a Caixa Cultural, que está localizada na Av. Alfredo Lisboa, 505, no bairro do Recife, é de entrada gratuita. Visualiza-se como um importante projeto que traz a Arqueologia pensando junto com quem fomenta a cultura, podendo realizar esse retorno social tão importante para os achados no Recife Antigo (Figura 2).



Figura 2: Exposição das estruturas de fundação e dos vestígios arqueológicos evidenciados no Edifício da Bolsa de Valores de Pernambuco e Paraíba, hoje Caixa Cultural, localizado no bairro do Recife. Foto: de CAIXA Cultural Recife.

Foto de : cofre

A análise dos dados acima apresenta um panorama das ações da Arqueologia Preventiva em Pernambuco quanto ao patrimônio arqueológico e cultural. Os dados analisados demonstram que tem havido um aumento relacionado ao número de portarias expedidas, à formação de pessoal capacitado a gerir projetos de cunho arqueológico, na divulgação desses vestígios e nas ações de Educação Patrimonial, sobretudo na utilização de recursos tecnológicos.

Porém, é necessário pontuar que é importante uma discussão mais aprofundada pelos órgãos competentes, tais como Iphan, organizações e associações de arqueólogos (Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB) sobre os caminhos e gerências da Arqueologia Preventiva, no que tange à Educação Patrimonial e na implementação de diretrizes e projetos de autoavaliação que permitem indicar os acertos e caminhos que possam ser sugeridos, para uma maior eficácia dessas práticas.

Considerações Finais

Observa-se ainda um grande distanciamento entre o resgate de vestígios arqueológicos e o retorno do conhecimento adquirido nesses resgates à população local e nacional. Talvez uma instrumentalização mais efetiva sobre a Educação Patrimonial e políticas de acervos, principalmente no que tange à pesquisa e à extroversão desses materiais, possa dar início a encurtar esse distanciamento (Cisneiros Silva, 2023).

Tomando por base as discussões acima, foram analisados 129 projetos, que procuraram apontar quais os produtos de conhecimento científico e educação patrimonial gerados pelos projetos de Arqueologia Preventiva em Pernambuco.

Ao analisar os dados disponíveis nesses trabalhos, percebeu-se que, infelizmente, a estrutura legal e infralegal que regem o patrimônio arqueológico no Brasil, especialmente em Pernambuco, apesar de normatizar os procedimentos e etapas de pesquisa, não conseguem atingir um processo avaliativo das ações das práticas educacionais e de divulgação científica no tocante ao envolvimento das comunidades locais, especialmente das comunidades tradicionais, no planejamento ou execução dos trabalhos arqueológicos.

O movimento de reconhecimento e envolvimento com a história é a linha que conduz a entender os porquês da preservação patrimonial. A salvaguarda de vestígios arqueológicos não está apenas nos cumprimentos dos requisitos mínimos das leis patrimoniais e normativas infralegais. O mais importante é que o conhecimento gerado por essas ações chegue até a população e que essa possa estar envolvida na potência desses vestígios, no poder de sua história e interaja com o sentimento de pertença a essas manifestações. Só isso conduzirá à proteção do patrimônio identificado.

Os problemas dentro do processo da Arqueologia Preventiva em Pernambuco que foram identificados e apresentados são, na sua grande maioria, reflexo da falta de investimento em procedimentos metodológicos e teóricos balizados com os objetivos pedagógicos de quando é realizada a Educação Patrimonial. Essas faltas não se estendem apenas às empresas que não estão ligadas a instituições de guarda e pesquisa elas estiveram presentes em quase todos os projetos estudados.

Quando as instituições de pesquisa se envolveram, sobretudo, na guarda do material advindo dos projetos, observou-se que houve trabalhos mais substanciais em termos de pesquisas (trabalhos de graduação, mestrado, doutorado) ou divulgação por meio de sites e mídias sociais. Porém, os trabalhos executados durante as atividades de Educação Patrimonial não se diferenciam das outras. Aplicando questionários, palestras, exposições sem muitas trocas com a comunidade, apenas executando o que o Iphan determina, cumprindo o papel legal.

Foi possível entender que as atividades de Educação Patrimonial foram realizadas dentro dos parâmetros legais. Porém, essas atividades foram identificadas na pesquisa, mais como ações pontuais do que com um aprofundamento dentro dos parâmetros da Educação Patrimonial. As palestras e as exposições se mostraram distantes dos públicos e da comunidade muitas vezes essas atividades se restringiram apenas aos trabalhadores da obra.

Esse movimento de velocidade de obra, imposto pela lógica do capital, quando atinge o arqueólogo, perde a pesquisa, perde a sociedade. Mesmo que o arqueólogo venha a ser utilizado como objeto de pesquisa e estudo nos laboratórios, consegue-se atingir em parte o que está previsto nas leis e protocolos, no entanto, não se amplia o conhecimento do patrimônio para a sociedade como um todo e assim se deixa de cumprir na plenitude o exercício de proteção do patrimônio resgatado.

Quando se fala em uma Arqueologia mais diversa, não é apenas abrir diálogos com as comunidades do entorno, com os povos indígenas e quilombolas, é realmente deixar essas influências atravessarem o discurso arqueológico, multiplicar células de conhecimentos originais que o cientificismo desconhece ou ignorou por séculos. O modelo que se conheceu até pouco tempo atrás trazia em suas entradas pesados desvios da realidade do que deveria de fato ser considerado patrimônio em nosso país.

Isso faz com que haja pouca identificação diante dessas referências patrimoniais de influências indígenas e quilombolas, de forma a interferir negativamente quanto a construção de um sentido de pertença frente a estes patrimônios.

Fazer seminários culturais, exposições itinerantes, resgatar as histórias, as tradições, os saberes e significados atribuídos aos bens culturais, aliando a comunidade científica com as populações originárias, quilombolas e tradicionais são caminhos que devem ser seguidos.

Pontuando também a discussão de que a Arqueologia Preventiva está inserida em uma dinâmica de mercado e que suas gerências estão envolvidas com lucros e concorrências, faz-se necessário que esses processos de resgate do patrimônio arqueológico, sobretudo as ações de Educação Patrimonial, sejam observadas a partir de proposta de autoavaliação.

O risco de entrar nesse *modus operandi*, sem um processo autocritico de suas práticas é que apesar de se ter as garantias legais e direcionamentos específicos para se atuar em campo, o trabalho não necessariamente está sendo bem executado. E perceber isso é essencial! Está se deixando escapar uma poderosa ferramenta de mudança na releitura da história. Entendendo que as pessoas não são personagens folclóricos da história, seus ancestrais deixaram marcas em cada pedaço de cerâmica encontrado, em cada pintura registrada em paredes, em cada vestígio, enterramento, tudo teve e tem um significado. É preciso respeitar, dar voz e dialogar com essa ancestralidade.

Espera-se que esse trabalho venha a contribuir com reflexões a respeito do fazer diferente na Arqueologia Preventiva no tocante à Educação Patrimonial. Podendo abrir novas ideias e caminhos de como ressignificar o patrimônio por meio de abordagem crítica diferenciada no campo, com a comunidade. Respeitando e implicando o conhecimento científico em consonância com o empírico.

Referências

- ARAÚJO, A. G. de M., 2019. Por uma Arqueologia cética: ontologia, epistemologia, teoria e prática da mais interdisciplinar das disciplinas. Curitiba: Prismas.
- BEZERRA, M. 2011. As Moedas dos Índios: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, Marajó, Brasil. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas, 6(1), pp. 57-71.
- BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. 1986. Resolução Conama nº 001, de 23 de janeiro de 1986. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html> (Acesso em: 28 maio 2022).
- CALDARELLI, S. B. e SANTOS, M. C. M. M. 1999. Arqueologia de Contrato no Brasil. Revista USP, n. 44, pp. 194-207.

- CISNEIROS SILVA, F. 2023. Arqueologia preventiva em Pernambuco: da prática arqueológica à produção e divulgação do conhecimento científico. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade Federal de Pernambuco.
- CRIADO BOADO, F. 2012. Arqueológicas: la razón perdida. Madrid: Bellaterra.
- EREMITES, J. 2015. Arqueologia de Contrato, Colonialismo Interno e Povos Indígenas no Brasil. Amazônica - Revista de Antropologia, 7(2), pp. 354-374.
- FERNANDES, T. C. 2007. Vamos Criar um Sentimento?! Um olhar sobre a Arqueologia Pública no País. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade de São Paulo.
- FONSECA, M. C. L. 2005. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- GONÇALVES, J. R. S. 1996. A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/Iphan.
- HORTA, M. L. P., GRUNBERG, E. e MONTEIRO, A. Q. 1999. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Iphan.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. 2015. Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. 2002. Portaria nº 230, de 17 de dezembro de 2002. Disponível em: [URL] (Acesso em: 10 setembro 2023).
- KAKÁ, W. e JECUPÉ, K. 2020. A terra dos mil povos: história indígena do Brasil contada por um índio. São Paulo: Petrópolis.
- MORALES, P. 2012. Elaboración de Material Didáctico. Tlalnepantla: Red Tercer Milenio.
- SANOJA, M. e VARGAS, I. 1974. Antiguas formaciones y modos de producción venezolanos. Caracas: Monte Avila Editores.
- SHANKS, M. 2008. Arqueología pública/museología/conservación/patrimonio'. In: Arqueología: conceptos clave. Madrid: Akal, pp. 23-28.
- SHANKS, M. e TILLEY, C. 1987. Social Theory and Archaeology. Albuquerque: University of New Mexico Press.
- SOUZA, L. C. De. 2018. Arqueologia Pública e sua *práxis* social: uma contribuição necessária para a preservação de recursos arqueológicos e interação social. Cadernos Lepparq, 15(30), pp. 45-62.

VARGAS, I. 1995. La Arqueología Social: un paradigma alternativo al angloamericano. Anais da Reunión da Asociación Americana de Arqueología. Minneapolis, pp. 73-78.